

[illegible]



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Maricá

FOLHA DE ROSTO DO PROCESSO

Nº DO PROCESSO	0021640/2022	DATA DE ENTRADA	18/11/2022 14:55:24
SETOR DO USUÁRIO COMISSÃO DE LICITAÇÃO			
ASSUNTO LICITAÇÃO / IMPUGNAÇÃO DE EDITAL			
COMPLEMENTO IMPUGNAÇÃO AO PP 16/2022			

DADOS DO REQUERENTE

REQUERENTE CONTECK COMERCIO E SERRVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI	
TELEFONE (21) 3086-9775	CORREIO ELETRÔNICO (EMAIL)

DOCUMENTOS ANEXADOS E NÃO ANEXADOS

DOCUMENTOS	OBSERVAÇÃO	ANEXADO?

USUÁRIO DA CRIAÇÃO DO PROCESSO
107974-JULIANA LOPES DA SILVA--ASSESSOR 3 - AS 3

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICA - ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CONTECK COMERCIO E SERVICO DE INSTALACAO DE EQUIPAMENTOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o n. 30.598.395/0001-37, com sede na Rua Cel. Gomes Machado, n. 192 sala 201, Centro, Niterói/RJ, neste ato, representada, por seu representante legal o Sr. **CLEBER GARUBA DA ROSA**, brasileiro, casado, Empresário, portador da Carteira de Identidade RG n. 09.116.735-3, DETRAN/RJ e CPF N. 029.862.177-02 residente e domiciliado na Rua 13, N. 28, Quadra 100, Condominio Uba Recanto, Itaipu, Niterói/RJ vêm, respeitosamente, com fundamento no **Artigo 41, § 1º da Lei nº 8.666/1993 e item 16.1 a 16.5 do Edital do Pregão Presencial nº 16/2022 - Processo Licitatório nº 14241/2021**, interpor

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

pelas razões de fato e direito abaixo aduzidas:

DO PRAZO LEGAL PARA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

O Artigo 41 da Lei de Licitações – Lei nº 8.666/1993 prevê em seu § 2º o prazo legal para interposição da impugnação pelo licitante, in verbis:

“Artigo 41.

...

§ 2º - Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso. “

Preconizado no Edital n. 16/2022, em seu item 16, e subitem 16.1:



16.1 – Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei n.º 10.520/02 e da Lei n.º 8.666/93, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de proposta de preço, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113, da lei supracitada.

Desta forma, a impugnação se apresenta tempestiva.

DOS FATOS E FUNDAMENTOS

Foi publicado o Edital do Pregão Presencial nº 16/2022 Processo Licitatório nº 14241/2021, sob o Regime de Execução Indireta, tipo Menor Preço Global, pela Prefeitura Municipal de Marica, representada neste ato pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação, com a realização do referido certame no dia 25/11/2022, com a abertura dos envelopes a partir das 10h00min, na sede da Prefeitura Municipal de Marica, situada à Rua Álvares de Castro n. 346, Centro de Marica/RJ, tendo o respectivo Pregão o objeto de **Registro de Preços para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, englobando adequações das unidades escolares e administrativas da Secretaria Municipal de Educação, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos**, conforme especificações e condições expressas nesse Termo de Referência e normas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e normas complementares relacionadas a manutenção de unidades escolares municipais.

Foi detectada no edital de licitação falhas tanto no objeto licitado como na documentação solicitada que passaremos a expor.



PRINCÍPIO DA COMPETITIVIDADE

Consiste em um princípio específico da licitação, e justifica-se pela busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, motivo pelo qual é vedado admitir, prever, incluir ou tolerar, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, nos termos do artigo 3º, §1, inciso I da Lei 8.666/93.

Bem como, ferem alguns princípios elencados na lei 14.133/21, ainda que a lei não é aplicada pela Administração Pública neste caso concreto.

A exemplo, princípios da igualdade, segurança jurídica, razoabilidade, competitividade, proporcionalidade, interesse público, economicidade, dentre outros...

Só poderão haver restrições quanto ao princípio da competitividade, amparadas em razões técnicas e econômicas que a legitimem, bem como não agridam os princípios constitucionais que regem a atuação da Administração Pública, nas palavras de Marçal Justen Filho:

“Se a restrição for necessária para atender ao interesse coletivo, nenhuma irregularidade existirá em sua previsão. Terão de ser analisados conjuntamente a cláusula restritiva e o objeto da licitação. A invalidade não reside na restrição em si mesma, mas na incompatibilidade dessa restrição com o objeto da licitação” 1 JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à lei de licitações e contratos administrativos*. (9ª ed. São Paulo: Dialética, 2002. P.77-78.)

Afinal, quanto maior for a competição perante o processo licitatório, maior será a chance de se encontrar a melhor proposta.

SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR-CONDICIONADO E MANUTENÇÃO PREDIAL



O objeto licitado engloba para prestação de serviço, manutenção e fornecimento de ar condicionado, bem como a manutenção predial, ambos os serviços exigem um escopo técnico diferenciado, ou seja, uma especificidade para execução de cada serviço prestado, uma vez que para a manutenção e instalação dos equipamentos de ar-condicionados é necessário o acompanhamento de um engenheiro mecânico, enquanto para manutenção predial é imprescindível um engenheiro civil.

Notoriamente, o não parcelamento do objeto é uma forma de restringir o processo licitatório.

O objeto deve ser dividido em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade.

Veja que estamos tratando de tipos de objetos diferentes, a exemplo a manutenção preventiva e corretiva predial, instalação e manutenção de ar-condicionado, além dos demais serviços requeridos no objeto do edital como fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos. Em geral, o objeto licitado, são executadas por empresas com especialidade distintas.

Há de se notar que não há qualquer prejuízo técnico ou econômico em separar o objeto ora licitado, em itens dentro da mesma licitação ou em processos distintos.

Licitar em conjunto apenas representa exigências de habilitação mais restritivas, tanto em termos técnicos, de experiência prévia em todos os tipos de serviços prestados, quanto em termos econômicos.

Para explicar, a irregularidade no objeto ora licitação, cabe destacar que o TCU considerou irregular o agrupamento em um mesmo lote contendo fornecimento de material escolar (pasta, caderno, lápis, régua, apontador, etc.) com serviços de impressão digital (apostilas), que possuem natureza distinta.

Para o Tribunal, a adjudicação do objeto deveria ter sido feita, no mínimo, em dois grupos de itens, buscando ampliar a competitividade, visto que, no primeiro grupo, concorreriam empresas especializadas em fornecimento de material escolar e, no



segundo grupo, empresas gráficas, unicamente, sem a necessidade de fornecerem material escolar (Acórdão TCU 343/2014 – P).

Assim, deve haver o fracionamento do objetivo licitado respeitando a diferenciação técnica de cada obra e serviço a ser prestado, a fim de haver maior concorrência, observando o interesse público e a economicidade.

A diferenciação dos serviços a serem executados ficam claramente viseis, ao apresentar a planilha com memorial de calculo para execução obra para manutenção preventiva e corretiva predial foi utilizada a tabela EMOP, tabela está utilizada por engenheiros da área, com base nos projetos de arquitetura e nas obras e serviços a serem feitos, listam os preços e compõem uma planilha de custos. Já o memorial de cálculo em referência ao fornecimento e manutenção de ar-condicionado a planilha traz como catálogo a “composição” (fls. 1730 do edital), o que comprova a diferença existe entre os serviços constantes de um mesmo objeto.

De acordo com o art. 15, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993 “as compras, sempre que possível, deverão: (...) IV - ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade”.

A exigência de parcelamento está prevista também no art. 23, §1º, da Lei 8.666/1993. Trata-se de assunto já sumulado pelo TCU (Súmula nº 247) e expresso na IN MPDG nº 5/2017, que, em seu art. 24, §1º, VIII e item 3.8 do Anexo III, ratifica a necessidade de justificar a existência ou não de parcelamento, ainda nos estudos técnicos preliminares.

O objetivo da norma, como visto nas legislações citadas, é ampliar a competitividade, sobretudo porque algumas empresas podem não ter capacidade ou condições de ofertar a integralidade do objeto (execução, fornecimento), mas apenas uma parte dele, razão pela qual a adjudicação conjunta inviabilizaria a participação delas no certame, caracterizando restrição à competição (Acórdão 18/2019 do TCE/MT).



Fica comprovada a diferença do escopo técnico a ser analisada entre os serviços requeridos no objeto ora licitado, devendo assim, haver o parcelamento do objeto ora licitado, uma vez que objeto de instalação e manutenção de ar-condicionado não tem como configurar num mesmo objeto de manutenção e prevenção predial.

DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Outro ponto a ser destacado é a exigência, elencada no item C.2.1.3, a qual faz a seguinte exigência:

C.2.1.3. A Licitante deverá comprovar ainda, por meio de atestados de capacidade técnica, que já executou serviços semelhantes ao objeto a ser contratado em caráter continuado em no mínimo 38 (trinta e oito) unidades escolares de forma concomitante, que representa 50% (cinquenta por cento) da quantidade de unidades escolares previstas na listagem pertinente a memória de cálculo, considerando um prazo de experiência no ramo objeto da licitação de 01 (um ano) consecutivos de execução. Tal exigência permite a Administração Pública na essência do objeto licitado, que em suma, tenha a segurança em que a contratada terá experiência para a perfeita execução dos serviços.

Prevê o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal que o procedimento licitatório *“somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”*.

A Lei de Licitações, por sua vez, indicou em seu art. 30 que podem ser exigidos atestados com o objetivo de comprovar a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, bem como a qualificação da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

O enunciado da Súmula 263 do TCU que indica ser legal para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, desde que limitada às parcelas de maior



relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, “a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.”

No entanto, a exigência do item C.2.1.3, extrapola a razoabilidade uma vez que a comprovação da aptidão se dá pela execução de obras e serviços similares de complexidade equivalente, não havendo a necessidade de comprovação de prestação de serviço iguais.

O Mestre Marçal Justen Filho em “Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos” – 1ª Edição AIDE Editora – Rio de Janeiro, 1993.

“É Proibido rejeitar atestados, ainda que não se refiram exatamente ao mesmo objeto licitado, quando versarem sobre obras ou serviços similares e de complexidade equivalente ou superior. A Similitude será avaliada segundo critérios técnicos, sem margem de liberdade para a administração.”

Ainda, Marçal Justen Filho, in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Dialética, 11ª edição, pag. 336, ao comentar o art. 30 da Lei nº 8.666/1993, que trata qualificação profissional do licitante:

*“Vale insistir acerca da inconstitucionalidade de exigências excessivas, no tocante à qualificação técnica. Observe-se que a natureza do requisito é incompatível com a disciplina precisa, minuciosa e exaustiva por parte da Lei. É impossível deixar de remeter à avaliação da Administração a fixação dos requisitos de habilitação técnica. Essa competência discricionária não pode ser utilizada para frustrar a vontade constitucional de garantir o mais amplo acesso de licitantes, tal como já exposto acima. **A Administração apenas está autorizada***



a estabelecer exigências aptas a evidenciar a execução anterior de
objeto similar. (...)

Já O Saudoso Hely Lopes Meirelles, pai do Direito Administrativo Brasileiro leciona que:

“Na Administração Pública, não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto, na Administração pessoal é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe. Na Administração Pública só é permitido fazer aquilo que a lei autoriza.”

Para esclarecer a questão da “similaridade de atestados de capacidade técnica” vejamos o posicionamento recente do Tribunal de Contas da União – TCU.

Acórdão 449/2017 – Plenário | Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Nas licitações para contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, os atestados de capacidade técnica devem comprovar a aptidão da licitante na gestão de mão de obra, e não na execução de serviços idênticos aos do objeto licitado, sendo imprescindível motivar tecnicamente as situações excepcionais.

Acórdão 361/2017 – Plenário | Ministro Vital do Rego

É obrigatório o estabelecimento de parâmetros objetivos para análise da comprovação (atestados de capacidade técnico-operacional) de que a licitante já tenha prestado serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação (art. 30, inciso II, da Lei 8.666/1993).

Acórdão 1891/2016 – Plenário | Ministro Marcos Bemquerer

Nas licitações para contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, os atestados de capacidade técnica devem, em regra, comprovar a habilidade da licitante em gestão de mão de obra.

Acórdão 1168/2016 – Plenário | Ministro Bruno Dantas



Nas contratações de serviços de terceirização (serviços contínuos prestados mediante dedicação exclusiva da mão de obra), os atestados de capacidade técnica devem, em regra, comprovar a habilidade da licitante na gestão de mão de obra.

Acórdão 553/2106 – Plenário | Ministro Vital do Rego

Nas licitações para contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, os atestados de capacidade técnica devem comprovar a aptidão da licitante na gestão de mão de obra, e não na execução de serviços idênticos aos do objeto licitado, sendo imprescindível motivar tecnicamente as situações excepcionais.

Diante do entendimento do TCU, cabe a administração pública exigir que o participante da licitação comprove a aptidão pra execução da obra e serviço não havendo no presente caso justificativa para exigir a execução de serviço idêntico ao objeto licitado, o que gera restrição do certame.

A exigência apresentada no item C.2.1.3, fere o principio da razoabilidade e proporcionalidade, gerando restrição a participação do certamen.

DOS REQUERIMENTOS

Ante o exposto, requer a Vossa Senhoria:

1 - A retificação do edital licitatório para previsão de prazo de 3 (três) dias úteis para julgamento das impugnações dirigidas em face ao edital publicado.

- 1.1. Para que seja feita o parcelamento do objeto para ser desmembrado em novos processo licitatórios, ou para que o procedimento licitatorio seja feito por lote, uma vez que no estado em que se encontra o edital cerceia a competitividade restringindo a participação do certame.
- 1.2. Para que seja retificado o item **C.2.1.3**, uma vez que fere a legislação vigente, cerceia a competitividade restringindo a participação certame.
- 1.3. Para que seja desmembrado (parcelado ou por lote) o serviço de fornecimento e manutenção de ar-condicionado, tendo em a especificidade tecnica diferente dos demais objetos licitados.



1.4. Para que sejam feitos as correções necessárias a fim de respeitar os princípios licitatórios.

2 - O deferimento do adiamento da sessão de licitação para a próxima data disponível após o prazo condizente a ser concedido para as adequações a serem realizadas pelo impugnante, sob pena de tomadas das medidas cabíveis para discussão das questões aqui trazidas.

Nestes termos,

Aguarda Deferimento.

Niterói, 18 de novembro 2022.


CONTECK COMERCIO E SERVICO DE INSTALACAO DE EQUIPAMENTOS EIRELI

